



**Relatório
de Governo
Societário**

2013



ÍNDICE

I·MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA	2
II·ESTRUTURA DE CAPITAL	4
III·PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	5
IV·ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	8
V·ORGANIZAÇÃO INTERNA	23
VI·REMUNERAÇÕES	32
VII·TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	34
VIII·ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA	40
IX·AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	47

1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro na redação de republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal, E.P.E. tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, no Plano de Negócios da NAV Portugal para 2011-2015, foram definidos os seguintes "Grandes Objetivos", confirmando as metas fixadas em 2009 no documento "Estratégia NAV Portugal 2010+":

- Garantir elevados níveis de segurança (*Safety*)
- Reforçar o posicionamento internacional da NAV Portugal
- Adequar a capacidade à procura, garantindo a rentabilidade do negócio
- Assegurar elevados níveis de eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado
- Cooperar com os *Stakeholders* na defesa do Ambiente

No desenvolvimento da sua atividade e no respeito das Orientações Estratégicas Específicas, a NAV Portugal apresentou à Tutela uma proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014.

Nesta proposta foram considerados um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em benchmarking internacional, tendo sido escolhidos os ANSPs da Irlanda

(IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Nos termos da referida proposta, a concretização das orientações designadas para a NAV Portugal é avaliada pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2013, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2012 referentes aos *peers*, cujos dados de 2013 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totals / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2012	7,9%	18,4%	67,2%	621,2	275,8	
DFS	2012	19,2%	20,5%	75,5%	600,1	226,1	
IAA	2012	17,8%	22,3%	60,3%	437,2	388,5	
Skyguide	2012	9,6%	19,5%	68,1%	558,4	237,5	
Média		13,6%	20,2%	67,8%	554,2	282,0	
NAV	2013 Real	6,7%	14,3%	77,1%	254,0	648,8	125,0%
Performance relativa (NAV / Média)		49,2%	70,9%	87,9%	218,2%	230,1%	
Objetivo 2013		10,0%	45,0%	115,0%	49,0%	229,0%	100,0%
Target NAV		1,4%	9,1%	77,9%	271,6	645,8	100,0%
Grau Cumprimento do Objetivo		492,2%	157,5%	101,1%	106,5%	100,5%	75,0%
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		49,2%	23,6%	15,2%	21,3%	20,1%	15,0%
Score Final					144,40%		

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2013, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,3 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2013 para 155,1%. Logo que os indicadores dos "*Peers*", relativos a 2013, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados ao Conselho Fiscal para emissão do respetivo relatório.

II-ESTRUTURA DE CAPITAL

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial com um capital estatutário de 25 milhões de Euros.

Este capital estatutário, como sucede em todas as entidades públicas empresariais, é indecomponível, isto é, não pode ser fracionado em participações sociais e não é titulado por ações, pelo que, em rigor, o Estado não é, em relação às E.P.E., um verdadeiro acionista, embora, nos termos do Artigo 26º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, esse capital estatutário seja detido pelo Estado e seja remunerado de acordo com o regime previsto para a distribuição dos lucros do exercício nas sociedades anónimas.

Uma vez que a NAV Portugal, nos termos da lei e dos seus estatutos, não possui o órgão social Assembleia Geral, a Empresa está submetida aos poderes de superintendência do Estado, quer através do Conselho de Ministros, quer das tutelas financeira (Ministro das Finanças) e setorial (Ministro da Economia) que, de acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, têm a faculdade de definir orientações de gestão estratégica gerais e setoriais, poderes esses que vieram a ser reforçados pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo regime jurídico do Setor Público Empresarial e procedeu à revogação dos dois diplomas anteriores.

III-PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2013 a NAV Portugal detinha um conjunto de participações sociais nos capitais das entidades discriminadas no mapa a seguir apresentado:

	Edisoft - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
1 de Janeiro de 2013		86.351	83.333	169.684
Aquisições				-
Aumentos de capital	175.000			175.000
Imparidades				-
Alienações				-
31 de Dezembro de 2013	175.000	86.351	83.333	344.684

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 20 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

O *European Satellite Services Provider, SAS* (ESSP) foi fundado em 2001, como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG), forma jurídica considerada como mais adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a

tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider*, em especial para a aviação civil.

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp. de Serv. e Desenv. Software, S.A.	17,5%	4.986.713	4.043.989	942.724	49.819
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	12.286.861	4.555.052	7.731.809	2.644.126
European Satellite Services Provider, SAS ^{a)}	8,33%	23.394.495	17.279.964	6.114.532	1.833.612
31 de Dezembro de 2013		40.668.069	25.879.005	14.789.065	4.527.557

^{a)} A informação financeira disponível ainda não foi objeto de aprovação por parte dos acionistas

IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Nos termos do estipulado na legislação aplicável, no início do seu mandato os membros do Conselho de Administração da NAV Portugal deram cumprimento às obrigações declarativas, dos gestores públicos, de controlo de riqueza e de inexistência de impedimentos e incompatibilidades:

- Entrega no Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais (cfr. Lei nº 4/83, de 2 de abril, com as alterações posteriores, designadamente as efetuadas pela Lei nº 38/2010, de 2 de setembro);
- Entrega na Procuradoria-Geral da República de declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos no exercício do cargo de gestor público (cfr. Lei nº 64/93, de 26 de agosto, aplicável por remissão do artigo 22º, nº 9 do Novo Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro) e,
- Entrega na Inspeção-Geral de Finanças de declaração indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 22º, nº 9 do EGP), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

4
g
tf

Acredita-se que o Conselho de Administração da NAV Portugal, com vista a salvaguardar eventuais conflitos de interesses, instituiu, como boa prática, uma política que visa aumentar a transparência e idoneidade da sua atuação, enquanto órgão de gestão. Assim, e em conformidade, as despesas realizadas por cada membro do Conselho são validadas por outro membro do Conselho. De referir que esta prática se estende a toda a estrutura organizativa da Empresa.

IV-ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

Identificação do modelo de Governo adotado

Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão e ainda com o preceituado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.

Sendo assim, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, renovável com os limites do nº 2 do artigo 15º e com a aplicação temporal prevista no nº 1 do art.º 39º, ambos do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março que aprovou o novo Estatuto do Gestor Público (EGP), contando-se como completo o ano civil em que os membros do Conselho de Administração tenham sido nomeados e permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição, ou declaração escrita, de cessação das mesmas.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a quaisquer deliberações que repute contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

h
tp
g

O Conselho de Administração, de acordo com os Estatutos da Empresa, é composto por um Presidente e quatro Vogais, os quais são nomeados e exonerados nos termos do Estatuto do Gestor Público, com a nova redação dada ao artigo 13º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, sendo a duração do mandato definida nos termos do seu artigo nº 15, cuja redação não foi alterada. Contudo, é de salientar que, desde fevereiro de 2012 só estão nomeados dois vogais, encontrando-se em curso a adaptação dos Estatutos da Empresa ao Regime Jurídico do Setor Público Empresarial estabelecido pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração é substituído pelo vogal designado pelo Conselho na sua primeira reunião após a nomeação, ou, no caso de impedimento do vogal substituto, pelo vogal mais antigo ou, em caso de igual antiguidade, pelo vogal mais velho.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução nº6/2012 de 9.02	1	
2012-2014	Vogal	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Resolução nº6/2012 de 9.02	1	
2012-2014	Vogal	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução nº29/2012 de 2.08	1	

Presidente – Luís Filipe Ottolini Coimbra, 69 anos

Responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões, representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pela Direção de Relações Laborais e pelos Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Assuntos Jurídicos e pela Área de Formação.

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica e Mecânica e Pós-graduação em Gestão Aeroportuária.

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2008-2012); Membro do Conselho de Administração do INAC (2003-2007); Assessor do

Conselho de Administração da ANA SA (2001); Membro do Grupo de Trabalho para o Novo Aeroporto de Lisboa (1998-2000); Diretor de Apoio à Regulamentação e Licenciamento Aeronáutico (1994-1996); Diretor-geral adjunto de Aeroportos na ANA EP (1990-1993); Diretor de Planeamento e Desenvolvimento Aeroportuário da ANA EP (1984-1989); Chefe de Serviço de Planeamento Aeroportuário na ANA EP (1978-1989). Foi ainda Membro do Conselho de Administração do projeto «Galileo» (2004-2008) e Coordenador dos estudos sobre o Novo Aeroporto de Lisboa (1987-1996).

Vogal – Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, 62 anos

Responsável pelas Direções de Estudos e Projetos, de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade. É representante da NAV Portugal na área INFANAV/OCEA.

Licenciatura em Ciências Militares, Academia da Força Aérea.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (2009-2011); Comandante Logístico, Força Aérea Portuguesa (2008-2009); Inspetor-Geral da Força Aérea (2007); Diretor de Pessoal, FAP (2002-2003 e 2006-2007); *Deputy Commander* no Centro de Operações Aéreas Combinadas 8 - (CAOC 8), Espanha (2003-2006); Diretor de Instrução enquanto Major-General (2002-2003); Subdiretor da Direção de Pessoal (2001); Comandante da Base Aérea nº 11, Beja (1999-2000); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes na Inspeção-Geral da Força Aérea, enquanto Coronel (1995-1999); Adjunto para a Força Aérea do Ministério da Defesa Nacional (1991-1995); *Assistant Air Facilities*, no SACLANT, Norfolk, EUA (1988-1991); Comandante da Esquadra 111 (1987-1988); Comandante da Esquadra 552, Base Aérea n.º 3 (1985-1989); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes no Comando Operacional da Força Aérea enquanto Major (1983-1985); Adjunto para as Operações Aéreas (1983-1985); Chefe da Repartição de Avaliação Operacional (1983-1985); Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Base Aérea n.º 3 (1981-1982); Oficial de Operações, Esquadra 111 (1979-1981); Piloto Instrutor tático em BO105 (1978).

Vogal – Teresa Maria da Silva Gomes, 64 anos

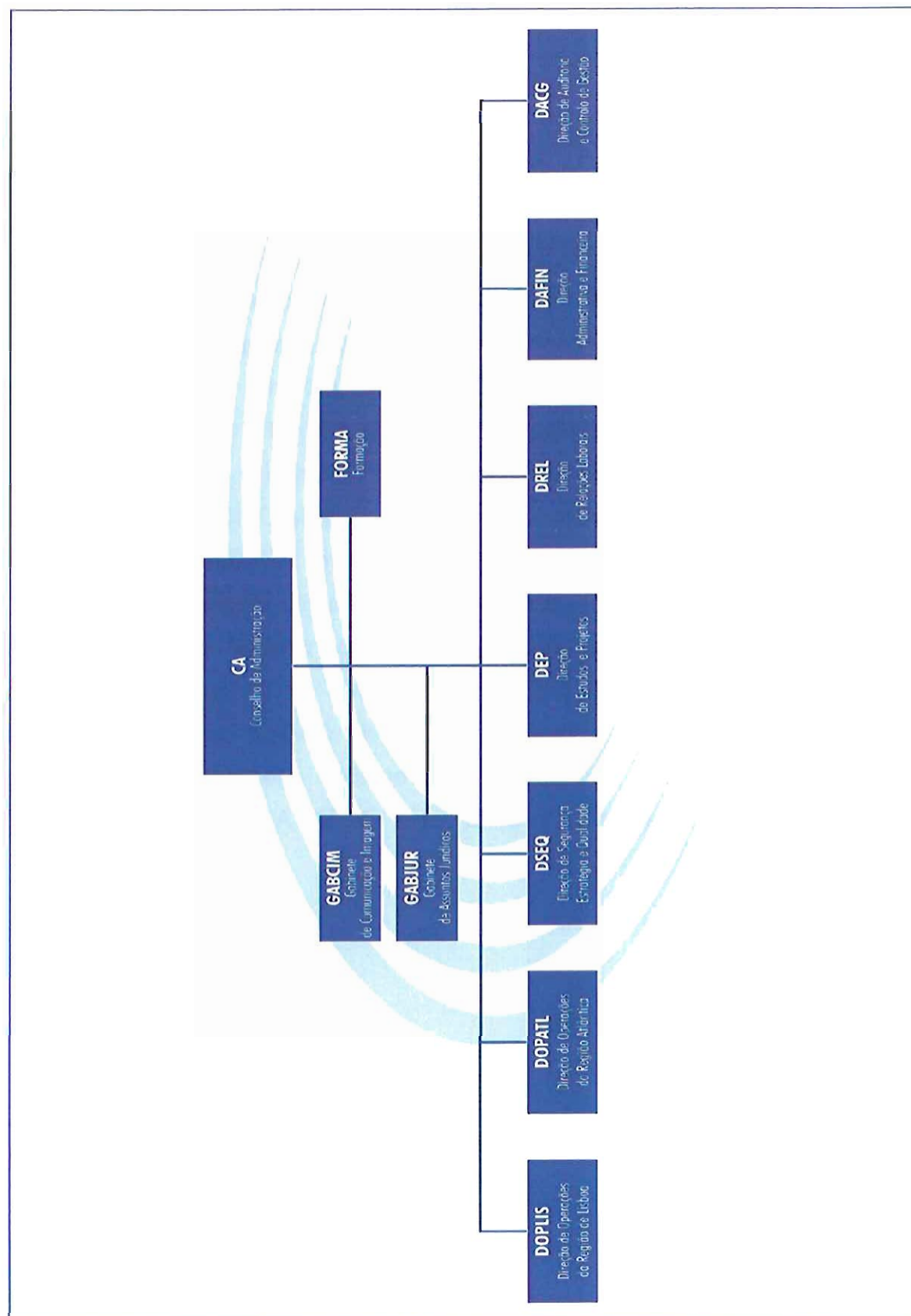
Responsável pelas Direções Administrativa e Financeira, e de Auditoria e Controlo de Gestão.

Licenciatura em Finanças.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2012; Diretora Administrativa e Financeira da NAV EPE (1999-2012); Chefe do Projeto de Instalação da NAV EPE (1998-1999); Responsável pela Divisão de Taxas e Estudos Económicos da ANA EP (1995-1998); Responsável pelo Serviço de Assessoria para as Relações Exteriores da Direção de Navegação Aérea da ANA EP (1987-1995); Técnica do Serviço de Taxas de Rota da ANA EP (1980-1987); Responsável pelo Serviço de Política de Preços da ANA EP (1978-1979); Técnica na Direção-Geral de Preços e na Direção-Geral do Comércio Interno, Ministério da Economia (1974-1977); Técnica da Direção Financeira da CINORTE, Cimentos Norte (1973-1974). Em representação de Portugal, é Membro do Comité Alargado para as Taxas de Rota, no qual, durante o ano de 2002, presidiu a este órgão executivo da Organização EUROCONTROL, encarregue de supervisionar o funcionamento do Sistema de Taxas de Rota e de preparar as Decisões da Comissão Alargada. Desde 1978, participa em diversos grupos de trabalho da OACI e da EUROCONTROL e assegura a representação de Portugal nas reuniões anuais de Consulta com as Organizações Representativas dos Utilizadores (IATA, ATA, IACA, ERA, EBBA e IAOPA).

9/4
7/5

Estrutura Funcional



A Missão atribuída a cada órgão da estrutura da Empresa foi objeto de deliberação do Conselho de Administração e sintetiza-se nos termos seguintes:

DOPLIS – Direção de Operações da Região de Lisboa

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Lisboa.

DOPATL – Direção de Operações da Região Atlântica

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria.

DSEQ – Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade

Promover e garantir com base nas normas nacionais e internacionais em vigor, a definição da política de segurança operacional (*Safety*) da Empresa, assegurar a sua aplicação e fornecer informação regular ao Conselho de Administração sobre a situação da Empresa nesta área.

Definir procedimentos e rotinas operacionais e de manutenção, assegurando a sua harmonização e consistência na Empresa.

Elaborar indicadores que permitam uma correta análise e avaliação do desempenho operacional da Empresa.

Definir a doutrina de formação operacional ATM na Empresa.

Realizar as Inspeções de Segurança Operacional necessárias que permitam a deteção e correção de situações anómalas nos órgãos operacionais.

Coordenar a elaboração da proposta de orientação estratégica da Empresa.

Coordenar as relações da NAV Portugal com *stakeholders*, assegurando a definição de posições da Empresa em diversas matérias junto de organismos nacionais e internacionais.

Acompanhar os desenvolvimentos estratégicos da tecnologia do setor através do relacionamento com as entidades nacionais/internacionais relevantes, assegurando a definição de posições e pontos de vista da Empresa nesta matéria.

Assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade e Ambiente na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados, garantindo a certificação e manutenção destes segundo as normas aplicáveis.

Desenvolver as atividades necessárias para, em colaboração com todas as áreas da Empresa, integrar nesses sistemas a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade segundo as normas aplicáveis.

Acompanhar e coordenar todas as ações no âmbito da SW FAB.

Propor ao Conselho de Administração as medidas necessárias à prossecução da política de Qualidade e Ambiente.

DEP – Direção de Estudos e Projetos

Realizar e coordenar estudos técnicos ou participar em projetos de desenvolvimento tecnológico no domínio dos sistemas de apoio à atividade de gestão de tráfego aéreo, comunicações, navegação e vigilância, em observância às normas nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

Gerir os projetos referentes aos investimentos e desenvolvimentos operacionais, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, dentro dos requisitos, prazos e orçamentos definidos.

Apoiar as Direções da Empresa com a realização de projetos de infraestruturas.

Preparar o Plano de Grandes Investimentos com a inscrição dos projetos e desenvolvimentos necessários ao cumprimento dos requisitos operacionais.

Assegurar a representação da Empresa em organismos, nacionais e internacionais, nas áreas de âmbito técnico no domínio CNS/ATM e apoiar a Empresa, na respetiva área de competência, no cumprimento de responsabilidades assumidas pela NAV Portugal perante organismos externos.

Cumprir os normativos de segurança e qualidade emanados pelos órgãos competentes.

Promover a inovação tecnológica nos sistemas de apoio ao controlo de tráfego aéreo.

Participar em projetos estratégicos de interesse específico para a Empresa.

Assegurar a gestão do espectro radioelétrico das bandas aeronáuticas.

DREL – Direção de Relações Laborais

Realizar uma eficiente gestão dos recursos humanos, no curto, médio e longo prazo de modo a garantir a disponibilidade dos meios necessários, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos (capacidades e competências), para a prossecução das atividades da Empresa.

Acompanhar o clima organizacional e identificar fatores motivacionais e propor medidas para o desenvolvimento profissional e melhoria do desempenho dos trabalhadores.

DAFIN – Direção Administrativa e Financeira

Propor e assegurar a execução das medidas de política económico-financeira da Empresa.

Efetuar o planeamento financeiro e orçamental da Empresa.

Gerir os sistemas de taxas de rota e de terminal, os sistemas e tecnologias de informação e de documentação e a carteira de seguros da Empresa.

Contribuir para a definição da política de investimentos da Empresa e seu financiamento.

Definir as diretivas relativas aos Sistemas de Informação Administrativos.

Assegurar, no âmbito da Gestão de Contratos, uma política de compras comum a toda a Empresa.

DACG – Direção de Auditoria e Controlo de Gestão

Assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos requisitos regulamentares propondo e mantendo atualizado o Plano de Negócios da Empresa.

Definir o modelo de controlo de gestão que contribua para a política de planeamento estratégico da NAV Portugal, dinamizando o processo de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa e controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos de médio e de longo prazo.

Elaborar um plano de ação que avalie a eficácia dos processos críticos de gestão, identificando riscos e recomendando medidas de mitigação.

Executar os Programas Anuais de Auditoria, acompanhando e monitorizando a implementação de medidas corretivas.

FORMA – Formação

Propor políticas de formação e assegurar a realização dos planos de formação, em articulação com as várias áreas da Empresa.

Promover, em articulação com as várias áreas da Empresa, a definição dos conteúdos programáticos de formação que satisfaçam as necessidades identificadas e a atualização contínua dos cursos a ministrar.

Colaborar na promoção de ações de formação para o exterior.

GABJUR – Gabinete de Assuntos Jurídicos

Prestar assessoria jurídica aos diversos órgãos da Empresa e ao Conselho de Administração, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade.

Assegurar o patrocínio judicial da Empresa perante as várias instâncias judiciais.

GABCIM – Gabinete de Comunicação e Imagem

Apoiar o Conselho de Administração na criação e difusão de uma boa imagem institucional da Empresa a nível nacional e internacional.

Funcionamento do Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração reúne ordinariamente, pelo menos quinzenalmente, e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros. A validade das deliberações depende da presença nas reuniões da maioria dos membros do Conselho, devendo ser lavradas atas de todas as reuniões, em livro próprio, assinadas por todos os membros do Conselho presentes.

Descrevem-se, em seguida, as principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas 24 reuniões ocorridas no ano 2013:

Planeamento e Controlo

- Aprovação do Programa Anual de Auditorias para 2013
- Delegação e subdelegações de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos
- Aprovação da adesão da NAV Portugal EPE ao sistema nacional de compras públicas (SNCP)
- Aprovação do Programa de Gestão Ambiental 2013
- Estimativa preliminar 2014 e estimativa de custos 2015-2019 (RP2), para taxas unitárias de navegação aérea, de rota e de terminal
- Aprovação dos Planos de Atividades e Investimentos para 2014
- Aprovação do Orçamento 2014 consolidado, da Estimativa Definitiva 2014 das Bases de Custo e Taxas Unitárias de navegação Aérea de Rota e Terminal e do Documento Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014

Gestão de Recursos Humanos

- Aprovação dos contratos de gestão dos fundos de pensões complementos

Realização do Plano de Investimentos

- Aprovação do fornecimento e instalação do VOR/DME para estação de São Miguel
- Aprovação do Sistema de Multilateração para o norte de Portugal Continental e arquipélago da Madeira
- Aprovação da atualização dos sistemas meteorológicos dos aeroportos das RIV de Lisboa e de Santa Maria
- Aprovação da beneficiação da estação radar SSR de Montejunto

Protocolos/Acordos

- Acordo de cooperação entre a NAV Portugal e a ENANA, E.P.
- Acordo de cooperação entre a NAV Portugal e a Tecangol

Patrocínios

- Colónia de férias 2013

Comissões Específicas

Os contratos de gestão dos Fundos de Pensões, e o normativo legal e regulamentar obrigam à existência de uma Comissão de Acompanhamento por cada fundo:

- Fundo de Pensões NAV Complementos – Planos de Contribuição Definida e Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Contribuição Definida.

As referidas comissões encontram-se devidamente constituídas e em pleno exercício das suas funções, onde se encontram representados os Associados, Participantes e Beneficiários.

Existe ainda uma Comissão de acompanhamento do Fundo de Pensões da Empresa, criada por deliberação do C.A. em 2002, composta exclusivamente por elementos da Empresa, cujo coordenador acompanha a gestão e a monitorização dos fundos junto da Sociedade Gestora e dos consultores.

Pela Ordem de Serviço do Conselho de Administração, de 26 de março de 2009, foi criada a Comissão de Ética, composta por personalidades de elevado mérito ético, moral e profissional com ligação presente ou passada à Empresa e colaboradores desta, salvaguardando o princípio do equilíbrio de género, representação geográfica e institucional. Esta Comissão é responsável pela resolução das questões suscitadas pela não observância das normas éticas de conduta contidas no Código de Ética.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da NAV Portugal, nos termos dos Estatutos da Empresa, compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e um suplente, devendo um dos membros efetivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Os membros do Conselho Fiscal são designados por um período de três anos por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da tutela do setor dos Transportes, contando-se como completo o ano civil em que tiverem sido designados.

Mandato (Início-Fim) ⁽¹⁾	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2008-2010	Presidente	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho conjunto 9213/2008, de 13.03	1	
2008-2010	Vogal	Paulo Guilherme Fernando Lajoso	Despacho conjunto 9213/2008, de 13.03	1	
2008-2010	Vogal	BCA - B. Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves	Despacho 6574/2009, de 28.04	1	

⁽¹⁾ Designado para um mandato, período 2008-2010, e por ausência de outra decisão, mantém-se em funções.
O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim) ⁽¹⁾	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada	Bruto Pago
2008-2010	Presidente	António Demétrio Gervásio Lérias	n.a.	16.024
2008-2010	Vogal	Paulo Guilherme Fernando Lajoso	n.a.	12.018
2008-2010	Vogal	BCA - B. Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves	n.a.	19.722 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Designado para um mandato, período 2008-2010, e por ausência de outra decisão, mantém-se em funções.
O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

⁽²⁾ Inclui IVA à taxa em vigor

Presidente – António Demétrio Gervásio Lérias, 59 anos

Bacharel em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISE e Mestre em Gestão pelo ISEG.

Economista inscrito na Ordem dos Economistas, Revisor Oficial de Contas (com suspensão voluntária da atividade) e Técnico Oficial de Contas.

Carreira Profissional: Diretor Financeiro da PARPÚBLICA (desde 2002); Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, com o pelouro financeiro (2001 a 2002); Subdiretor-geral do Tesouro, com a área do setor empresarial do Estado (1997 a 2001); Subinspetor-geral de Finanças, com área do controlo das autarquias locais (1994 a 1996); Inspetor de finanças diretor, com a área da formação, organização e sistemas de informação (1986 a 1994); Inspetor de finanças do quadro superior da IGF (1976 a 1986). Desempenho de funções de fiscalização e revisão de contas: Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, EPE (desde Março 2008); Presidente do Conselho Fiscal da Associação Parque Industrial do Seixal (desde 2004); Presidente do Conselho Fiscal da RTP-Radiotelevisão Portuguesa, S.A; Vogal do Conselho Fiscal da PARCAIXA, SGPS, S.A; Revisor Oficial de Contas na ECOMETAIS S.A., nos CTT, S.A., na Urbindústria, S. A. e na Siderurgia Nacional, E.P.. Exercício da atividade de docência, desde 1985, de disciplinas da área contabilística,

fiscal e financeira em diversas instituições do ensino superior, coautor em livros sobre o Setor Empresarial do Estado e autor e conferencista de artigos sobre temas contabilísticos e conexos.

Vogal – Paulo Guilherme Fernandes Lajoso, 46 anos

Licenciado em Economia pelo ISEG, Pós-Graduações em: Estudos Europeus pela U.L., em Direito Fiscal pela FDUL, em Alta Direção pelo INA, em Gestão Pública, ISEG e INA.

Carreira Profissional: Inspetor-Diretor e Diretor de Serviços de Inspeção e Auditoria, na Inspeção-Geral da Defesa Nacional (desde 2010); Colaborador do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações (2005/2009); Diretor do Gabinete de Auditoria e Planeamento Direcção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) (2002/2010); Vogal da Comissão Instaladora da Secretária-geral do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública. (2001/2002); Inspetor do quadro da Inspeção-geral de Finanças na Área de Controlo de Gestão Pública (desde 2001); Assessor Económico do Diretor Municipal da Direção de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos, na Câmara Municipal de Lisboa. (1992); Técnico Superior na "Portline, Transportes Marítimos Internacionais, SA". (1991). Desempenho de funções de fiscalização e revisão de contas, nomeadamente: Vogal do Conselho Fiscal da Navegação Aérea de Portugal, E.P.E. (desde 2008); Vogal do Conselho Fiscal da ANAM, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A. (2008/2013); Presidente do Conselho Fiscal dos Correios de Portugal, SA. (2007/2008); Vogal do Conselho Fiscal da NAER – Novo Aeroporto, SA. (2007/2012); Membro do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa (2004/2010). Coautor em obras sobre a Função Pública e autor sobre temas de auditorias de obras públicas. Formador sobre Auditoria Interna Baseada no Risco.

Vogal – BCA – B. Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Gabriel Correia Alves, 59 anos

Bacharel em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL, Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais pela U.A.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1991 e sócio da sociedade de revisores oficiais de contas BCA – B. Costa & Associados, SROC, S.A.; Exerce funções na área de auditoria desde 1978 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Desempenho de funções de docência do ISCAL, exercendo funções de coordenação e de direção do Mestrado em Auditoria, coautor de livros relacionados com Contabilidade e Auditoria Financeira.

Competência e funcionamento do Conselho Fiscal

Está atribuída ao Conselho Fiscal o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e, em especial, fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa.

O Conselho Fiscal reúne com periodicidade mínima trimestral, cabendo ao seu Presidente a convocação das reuniões por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo delas ser lavradas atas de todas as reuniões, no livro respetivo ou nas folhas soltas, nos termos legais, assinadas por todos os membros que naquelas tenham participado.

Durante o ano de 2013, o Conselho Fiscal realizou oito reuniões formais, numa delas estando ausente um dos membros devido a outras obrigações profissionais, analisou informação contabilística, apreciou os documentos de prestação de contas de 2012, emitindo o correspondente relatório e parecer, acompanhou e apreciou a execução trimestral, apresentando os respetivos relatórios, e emitiu parecer sobre o plano de atividades e orçamento para 2014.

Alem das reuniões acima referidas, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração e com os Auditores Externos a propósito das contas do exercício. Foram promovidos contactos ou reuniões com os responsáveis da Direção de Estudos e Projetos, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Auditoria e Controlo de Gestão e Gabinete Jurídico, para prestação de esclarecimentos complementares referentes a matérias de gestão e controlo, sobre temas das respetivas áreas. Foi ainda acompanhado o trabalho dos auditores externos.

AUDITOR EXTERNO

A Deloitte & Associados – SROC, S.A. (nº 43), com registo na CMVM (nº 231), exerce a função de Auditor Externo da Empresa, tendo como sua representante a Dra. Teresa Alexandra Martins Tavares.

Nos termos do contrato NAV nº09/2012/SERV/CONSELHO FISCAL o auditor externo foi contratado pelo Conselho Fiscal conforme deliberação tomada na reunião de 10 de agosto de 2012, com o objeto da prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras anuais para o triénio 2012-2014, abrangendo:

- Realização de auditoria, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, sobre as demonstrações financeiras da NAV Portugal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- Elaboração de relatórios expressando se tais demonstrações financeiras mostram, em todos os aspetos materialmente relevantes e de forma apropriada, a posição financeira, os resultados e os fluxos de caixa de cada exercício.

Unidade : euros

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	23.026	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pela empresa à SROC	23.026	100%
Por entidades que integram o grupo(inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas		
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pelas entidades do Grupo à SROC	-	-

V-ORGANIZAÇÃO INTERNA

ESTATUTOS

O Conselho de Administração, por força dos estatutos e de leis específicas, dispõe de uma vasta competência para a prática de atos administrativos, designadamente e apenas a título meramente exemplificativo, em matéria de contratação pública de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, de licenciamento do uso privativo do domínio público sob administração da NAV Portugal e de fiscalização e execução de servidões aeronáuticas.

Nesses casos, a prática de atos administrativos rege-se pelas normas do direito público, nomeadamente as do Código do Procedimento Administrativo e dessas decisões cabe impugnação para os Tribunais Administrativos.

CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente criada pela Lei nº 54/2008, de 4 de setembro, e que funciona junto do Tribunal de Contas, o Conselho de Administração da NAV Portugal elaborou e aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que descreve e avalia os principais riscos de corrupção e, nesse seguimento, prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt

Embora no decurso dessas auditorias não tenham sido detetados desvios graves ou significativos em relação às medidas preventivas de riscos de corrupção fixadas no referido Plano, a NAV Portugal, em cumprimento da Recomendação nº 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção, encontra-se em processo de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, atualmente em vigor na Empresa, tendo em vista reforçar as medidas de controlo da respetiva aplicação.

O controlo de riscos na NAV Portugal é efetuado através da realização de auditorias independentes, solicitadas pelos órgãos sociais e efetuadas por serviços com funções específicas nessa área.

A auditoria independente às contas da Empresa é realizada pela Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., estando atribuído ao Conselho Fiscal *“o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e em especial fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa”*.

As auditorias de certificação da qualidade foram realizadas pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

Na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos é efetuado pela DSEQ, que tem, entre outras missões, assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados.

A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão, efetua auditorias internas ao Sistema de Gestão Integrada (SGI) incluindo processos, produtos e serviços no âmbito da Norma NP EN ISO 9001/NP 14001, auditorias nos domínios técnico e operacional, baseado no Regulamento (EU) N° 1035/2011, da Comissão, bem como nos domínios financeiro, administrativo, de recursos humanos e dos sistemas de informação.

Complementarmente, a DACG, propõe e mantém um modelo de controlo de gestão, com o objetivo de dinamizar o processo de *Controlling* e de *Reporting* da Empresa.

Como prestador de um serviço público, a NAV Portugal opera num ambiente regulado, onde o INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.), na sua qualidade de Autoridade Supervisora Nacional, no seio da União Europeia, garantiu a renovação da certificação da Empresa como prestador de serviços de navegação aérea, nos termos do Regulamento (CE) N° 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do

Regulamento da Comissão (UE) Nº 1035/2011, atualmente em vigor, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) Nº 923/2012, de 26 de setembro.

O Instituto Nacional da Aviação Civil declarou, pela emissão de certificado respetivo, a conformidade com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância).

A tutela da NAV Portugal é exercida pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro da Tutela do setor dos Transportes e compreende o poder de autorizar ou aprovar as taxas que forem devidas pela prestação do serviço público assegurado pela Empresa.

REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, então aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial.

À luz do preceituado no Artigo 14º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, diploma que veio consagrar o novo regime do setor público empresarial e, consequentemente, revogar o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro e as suas posteriores alterações, a NAV Portugal, enquanto entidade pública empresarial rege-se pelo direito privado, com as especificidades decorrentes do referido regime jurídico do sector público empresarial, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei nº 35/99, de 26 de Maio e pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril e pelos respetivos Estatutos.

A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos à aquisição de bens e serviços, imobilizado, caixa e bancos, faturação e controlo de crédito, bem como um Código de Ética e um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A atividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:

Legislação Nacional

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores.

No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto a matéria referente às taxas de terminal é regulada pelo Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro.

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, *“até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P.”*.

Legislação Comunitária

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;
- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade, os quais constituem o I Pacote do Céu Único Europeu e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pelo INAC – enquanto autoridade supervisora nacional que assegura a implementação do Céu Único Europeu – a NAV Portugal foi designada, pelo Despacho MOPTC nº 719/2007, de 15 de janeiro, como prestador de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS - *Air Traffic Services*), Serviços de Informação Aeronáutica (AIS - *Aeronautical Information Services*) e Serviços de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS - *Communication, Navigation and Surveillance*). O atual Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pelo INAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2011-2014.

Além destes Regulamentos principais existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

- Regulamento (CE) nº 1794/2006 da Comissão, de 6 de dezembro – que estabelece o regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea – entretanto atualizado com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, de forma a traduzir as consequências financeiras do sistema de desempenho no regime de tarifação, em especial no que toca aos mecanismos de partilha dos riscos de tráfego e de custos, bem como aos sistemas de incentivo descritos no Regulamento (UE) nº 691/2010, da Comissão, de 29 de julho, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede e que altera o Regulamento (CE) nº 2096/2005, da Comissão, de 20 de dezembro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1034/2011, da Comissão, de 17 de outubro, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea e que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011, da Comissão, de 17 de outubro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea e que altera os Regulamentos (CE) nº 482/2008 e (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1216/2011, da Comissão, de 24 de novembro, que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010 da Comissão e que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede;
- Regulamento de Execução (UE) nº 923/2012 da Comissão, de 26 de setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011 e os Regulamentos (CE) nºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) nº 255/2010 e,

- Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu.

No decurso de 2013 foram ainda aprovados o Regulamento de Execução (UE) n.º 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede, o Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013 da Comissão, também de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea, e ainda, o Regulamento de Execução (UE) n.º 657/2013 da Comissão, de 10 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu.

Legislação internacional

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 18 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar” e o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo;
- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas de Segurança Operacional (ESSAR) emanadas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea “EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo n.º 28/83, de 28 de abril e,
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo n.º 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando

um sistema uniforme de estabelecimento e cobrança de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

Código de Ética

O Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o Código de Ética aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

Nos termos do Código de Ética, “a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta aos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comumente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente.”

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional e com o comportamento das pessoas que integram a Empresa, bem como, com as relações que se estabelecem com as suas Partes Interessadas, assente em práticas de responsabilidade social, ambiental e dominios para além dos constantes no quadro jurídico-normativo a que a Empresa se encontra obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação como uma empresa responsável perante a sociedade.

SÍTIO DE INTERNET

Está disponível no sítio de Internet da Empresa www.nav.pt, um conjunto de informações referentes a atividade da NAV Portugal nomeadamente:

- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;
- Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos;
- Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
- Documentos de prestação de contas anuais.

VI-REMUNERAÇÕES

COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO

As remunerações dos órgãos sociais:

- Do Conselho de Administração - são determinadas em função dos diplomas legais de fixação das remunerações decorrentes da aplicação do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº8/2012 de 18 de janeiro);
- Do Conselho Fiscal - são determinadas por despacho conjunto das tutelas governamentais, financeira e técnica;
- Dos Dirigentes – são determinadas por Acordo de Empresa que estabelece a tabela salarial.

ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remuneração do Conselho de Administração, encontra-se definida em função das disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo DL nº 8/2012 de 18 de janeiro), tendo ainda em consideração, quer as disposições constantes das Resoluções do Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR, 1ª Série nº 32 de 14 de fevereiro e nº 36/2012, publicada no DR, 1ª Série nº 61, de 26 de março.

A política de remuneração do Conselho Fiscal, encontra-se definida em função do Despacho nº 5092/2009, dos então Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no DR, 1ª Série nº 30, de 12 de fevereiro.

Durante o ano de 2013 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. De referir o facto de se ter considerado a aplicação à NAV Portugal das disposições remuneratórias, nos termos do nº 13 do art.º 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, à remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo que a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nos termos da legislação anteriormente referida que define o quadro retributivo dos Gestores Públicos, a remuneração dos membros do Conselho de Administração integra o vencimento mensal e um abono mensal para despesas de representação, no valor de 40 % do respetivo vencimento mensal. Não existem quaisquer componentes variáveis da remuneração, bem como quaisquer diferimentos remuneratórios.

Em 2013, não se verificou a assinatura de quaisquer contratos de gestão e reflexamente a atribuição de quaisquer prémios de gestão, tendo a NAV Portugal apresentado à Tutela uma proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014, conforme referido no Capítulo I deste documento.

Os membros do Conselho de Administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, especificamente definidos.

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A informação relativa às remunerações dos órgãos sociais, encontra-se disponível no capítulo 3.6-Remunerações, do Relatório & Contas 2013 da NAV Portugal.

VII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Após análise ao universo das transações que ocorrem na NAV Portugal, considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Público do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FAP e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se os valores respeitantes a esses serviços, nos exercícios de 2012 e 2013.

Unidade: euros

Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2013	2012
Meteorológicos	IPMA	7 092 074	6 880 698
Busca e Salvamento	FA	5 385 359	5 382 857
	Marinha	1 980 815	1 980 227
Entidade Supervisora Nacional	INAC	823 483	798 940
TOTAL		15 281 730	15 042 722

INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões de euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt, prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos, devem ser exercidas de forma centralizada e diretamente, ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por

- outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;
- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição;
 - Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
 - Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

Universo de transações que não ocorrem em condições de mercado

FORNECEDOR	DESIGNAÇÃO DO MATERIAL	EUR
3W	RENOVAÇÃO SUBSCRIÇÃO MCAFEE	25.578,83
3W	RENOVAÇÃO SUBSCRIÇÃO WEBSense	51.022,64
ALCATEL LUCENT	FONTES DE ALIMENTAÇÃO	5.259,18
ALD AUTOMOTIVE	PROLONGAMENTO ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURA - MATRICULA 11-II-88	10.648,01
ALDINI	MATERIAL JOTRON	7.694,39
ALDINI	TRANSCEIVER C/ MICROFONE	23.360,16
ANTÓNIO FIG. BATISTA E FILHOS, LDA.	FORNECIMENTO DE GASOLEO RODOVIARIO CISTerna SMA	5.239,95
APCER	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ISSO 14001:2004	5.344,35
ASCS	REPARAÇÃO ANTENA HF E TORRES	47.340,00
BENTLEY	LICENÇA MICROSTATION MX	5.407,74
COMSOFT	UPGRADE DO SISTEMA ARTAS - FINANCIAMENTO DA ACP 369	24.300,00
COROBOR	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE MESSIR - COROBOR	7.750,00
EUROCONTROL	AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO CONFIGURAÇÃO E SUPORTE À AVALIAÇÃO DA FERRAMENTA TQM	13.325,84
FLOW OPTIONS	FORNECIMENTO DE 2 LICENÇAS BMC ATRIUM DASHBOARDS AND ANALYTICS- FLOATING USER PARA O SISTEMA SGM	10.026,96
FLOW OPTIONS	PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO SGM WEB	25.534,80
FORMABASE	MODULO COM FUNCIONALIDADE PARA PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS E DE SEGURANÇA OPERACIONAL	6.396,00
FORMASASE	MÓDULO DE CRIAÇÃO DE REPORTES E GESTÃO DE INFORMAÇÃO TRM	7.318,50
FREQUENTIS	MODULOS DO SISTEMA "VCS FREQUENTIS 3020X" DA TORRE DE FARO	9.535,78
GLINTT	RENOVAÇÃO SUPORTE PLATAFORMAS DE SEGURANÇA	23.626,86
GT INFORMATICA	MIGRAÇÃO DO SGBD DO SOFTWARE DE TAXAS DE ROTA DA DOPATL	21.894,00
GUIALMI	CADEIRAS DE SECRETARIA	5.058,44
GUIALMI	CADEIRA RODADA T50	5.058,44
GUIALMI	CADEIRAS	5.058,44
GUIALMI	CADEIRA RODADA	7.756,27
GUIALMI	CADEIRAS	8.294,01
HEWLETT PACKARD	RENOVAÇÃO DO SUPORTE DE MANUTENÇÃO SERVIDORES HP	23.548,55
HEWLETT-PACKARD	RENOVAÇÃO SUPORTE MANUTENÇÃO SERVIDORES HP REFª 5AL56-SPB	26.165,94
IBM PORTUGUESA	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE HARDWARE PARA OS SERVIDORES IBM P5 - DOPATL / DOPLIS	43.143,87
IER	IMPRESSORA DE FITAS IER400B	7.095,00
IER	IMPRESSORAS IER	18.920,00
IER TUPOS GRAPHIC	FITA DE PROGRESSO DE VOO	41.639,00
IGEOE	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO AEROPORTO JOÃO PAULO II	7.414,44
INSTITUTO GEOGRAFICO DO EXERCITO	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO AEROPORTO JOÃO PAULO II	8.979,00
INTERESCRITORIO	CADEIRAS	5.452,20
MULTICERT	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS QUALIFICADOS	11.727,12
NEC PORTUGAL	BENEFICIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA LINK FEIXE NORTE	7.447,53

FORNECEDOR	DESIGNAÇÃO DO MATERIAL	EUR
NORTHROP GRUMMAN	ADDITIONAL VHF TRANSMITTER UPGRADE EQUIPMENT FOR M22251 TAR SITE	10.153,71
NOVABASE	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE BIBLIOTECAS WINLIB 2000	9.692,40
NOVABASE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTUALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE SUPORTE DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO INTEGRADO (SIGI)	12.169,62
NSL- COMB. AG. NAVEG., S.U. LDA	GASÓLEO PARA ABASTECER A CISTERNA PDL	8.947,83
ORACLE	RENOVAÇÃO CONTRATO E LICENCIAMENTO SOFTWARE ORACLE	13.372,34
PEDRO ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS NA DIREÇÃO DE OPERAÇÕES DO ATLÂNTICO, NA ILHA DE SANTA MARIA	13.224,00
R C L	REPARAÇÃO DE VDU BARCO ISIS	9.557,10
R C L	MONITORES BARCO	49.790,40
R.C.L.	MONITORES BARCO	36.900,00
R.C.L	REPARAÇÃO DE MONITORES BARCO	12.742,80
RAMOS & CATARINO	FOR. E INST. MATERIAL DIVERSO REPOSICIONAMENTO DE CONDENSADORES DE EQ. AVAC	9.594,00
RENTLEI	ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURA	25.566,72
RIOTEC	ALTERAÇÃO DAS LUMINARIAS DOS ATRIOS DOS PISOS 0, 1 E 2 DO EDIFÍCIO 121	12.189,00
SAAB SENSIS	VEELO NG - SAAB SENSIS	9.297,00
Segma	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VENTILADORES NO CCO	17.976,21
SELEX	REPARAÇÃO DE CARTA LOG-IF	9.989,00
SELEX	REPARAÇÃO DE TRANSMITTER	10.389,00
SELEX	REPARAÇÃO DE DRIVER AND TEST GENERATOR	17.917,00
SELEX	REPARAÇÃO DE DRIVER AND TEST GENERATOR	18.634,00
SELEX	DIPOLos DE ANTENA	61.300,00
STEP	REPARAÇÃO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VEDAÇÃO	7.967,94
STTEI	AUTOCAD CIVIL 3D	8.207,18
STTEI	AUTOCAD CIVIL 3D	16.414,35
TECNILAB	SERVIDOR DE TEMPO	15.297,51
TELCABO	EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA EM FIBROCIMENTO DE MEXILHOEIRA GRANDE	15.006,00
TELESCAN	SUSBTITUIÇÃO DOS CABOS E ANTENAS DO LOCALIZER DE PONTA DELGADA	87.292,32
THALES	REPARAÇÃO DE LOG IF	5.715,00
THALES PORTUGAL	REPARAÇÃO DE FIP MODULE	6.150,00
THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA EFEITO DE MODERNIZAÇÃO DO ELEVADOR DA TORRE DE PONTA DELGADA	20.534,32
TUPOS GRAPHIC	FITAS PROGRESSO DE VOO	21.900,00
VAISALA	FORNECIMENTO DE SOBRESSELENTES PARA OS SISTEMAS METEOROLÓGICOS VAISALA DOS AEROPORTOS DE LISBOA, PORTO E FARO	5.702,46
VAISALA	ATIS UPGRADE - INTERFACE ATIS	10.080,00

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

A tabela seguinte contém os fornecedores de serviços que, no universo dos fornecedores da NAV Portugal, representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

Unidade: euros

Empresa	
EDP Serviço Universal	867.588
Imperio Bonança/Fidelidade	1.202.227
Portugal Telecom	1.468.074

VIII-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

Em 2013, a NAV Portugal manteve a prática de integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos da sua gestão, como suporte à promoção do seu desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de novas metas.

Os objetivos gerais da NAV Portugal em matéria de sustentabilidade são definidos e baseados na Matriz de Materialidade a seguir apresentada, divulgada em relatórios anteriores e que se manteve inalterável em 2013.

		Nível de importância para a NAV Portugal, E.P.E.		
		Baixa	Média	Alta
Nível de importância para os stakeholders	Alta			Tecnologia
	Média		Ambiente (impactes indiretos no sector da aviação e práticas ambientais internas) Comunicação com <i>stakeholders</i> externos	Segurança operacional Eficiência e capacidade
	Baixa		Condicionantes políticas Comunicação interna Formação aos colaboradores	Formação operacional e técnica Sustentabilidade financeira

Matriz de Materialidade

Tendo por base esta matriz, foram identificados sete vetores considerados como os mais relevantes, nomeadamente:

- *Tecnologia*: atuando num setor tecnologicamente avançado, a NAV Portugal garante a atualização permanente e o pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (*safety* e *security*), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental. Sendo imprescindível para a fluidez de toda a operação de gestão de tráfego aéreo, o foco na permanente atualização tecnológica permanece como um desafio constante na sua atuação;
- *Segurança Operacional (Safety)*: a NAV Portugal garante a segurança operacional da sua atividade, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes *stakeholders*, tendo por objetivo "zero acidentes";

- *Eficiência e Capacidade*: a Empresa assegura a gestão do tráfego aéreo, oferecendo disponibilidade (através de uma gestão flexível da capacidade) e rapidez (através da redução gradual dos tempos de espera). A flexibilidade na gestão da eficiência e da capacidade é tão mais importante quanto maior a dificuldade de previsão dos ritmos de crescimento da atividade, em resultado da volatilidade da evolução da economia mundial;
- *Sustentabilidade Financeira*: a promoção da eficiência financeira interna é uma área de aposta constante, reforçando as medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, focando-se no reforço da segurança operacional e na adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;
- *Ambiente*: a NAV Portugal além de promover a cultura da proteção ambiental e a otimização do desempenho a nível interno, contribui para a ecoeficiência dos utilizadores do espaço aéreo português e, por conseguinte, para a redução do impacte ambiental do setor;
- *Colaboradores e respetiva Formação Operacional e Técnica*: o investimento na formação dos colaboradores, o cerne da organização, e na sua formação contínua é uma condição base para o cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- *Stakeholders*: o envolvimento com os *stakeholders* é fundamental para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos, tendo em conta, nomeadamente, o desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional, como o “Céu Único Europeu” e a organização do espaço aéreo do Atlântico Norte.

No que respeita ao domínio ambiental, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacte ambiental direto e indireto da sua atividade. O Sistema Integrado da Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa inclui, desde 2010, a vertente de Gestão Ambiental certificada, segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que teve em 2013 a sua primeira renovação de certificação para o triénio 2013/2016.

A obtenção desta certificação, além do cumprimento de um objetivo estratégico definido pela Empresa, contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental é elaborado, anualmente, o Programa de Gestão Ambiental, onde são identificadas as iniciativas previstas com impacto ambiental, e onde são definidas metas e objetivos futuros. Ainda neste documento é analisado o grau de concretização do programa anterior, onde se inclui o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente.

Para o ano 2013, relativamente aos seus aspetos ambientais, nomeadamente, para o consumo de energia elétrica, verificou-se uma redução global de 1,4%, comparativamente a período homólogo, redução essa que reflete a aposta crescente da Empresa na eficiência energética. Destaca-se ainda que em 2013, a NAV Portugal obteve a certificação energética em mais dois edifícios das suas instalações: Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Santa Maria e Edifício 7 (Centro de Formação).

O consumo de energia está também associado ao funcionamento dos grupos geradores e à frota automóvel afeta à NAV Portugal. No consumo de combustível da frota automóvel registou-se um aumento de 6% relativamente ao ano anterior.

As operações da NAV Portugal implicam também o consumo de materiais, dos quais se destacam os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel usado nos serviços administrativos. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento em caso de emergência.

No que diz respeito ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado, que em 2013 atingiu os 96%. Paralelamente são promovidas ações tendentes à redução do consumo, que passam também pela sensibilização dos colaboradores para as vantagens do processamento e arquivo eletrónico de documentos, tendo-se registado uma redução de 21% no consumo de papel, relativamente a 2012.

A Empresa produz, maioritariamente, resíduos urbanos e também, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos, dos quais se destacam: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. No ano de 2013, e de acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) foram

encaminhados, na sua totalidade, para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

No que respeita aos consumos de água em 2013, verifica-se uma redução global de cerca de 21,5%, comparativamente a 2012.

No âmbito do Programa de Gestão Voluntária de Carbono, a NAV Portugal promoveu, em 2012, um novo exercício de cálculo da sua Pegada Carbónica, com a obtenção de uma redução de 1,9% das suas emissões, comparativamente ao período homólogo anterior, e a uma redução global de 12,2%, desde a implementação deste Programa no triénio 2010-2012.

Para cálculo da pegada carbónica é seguida a metodologia *standard* definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, que permite estimar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade, tendo em conta três âmbitos distintos:

- Âmbito 1 – emissões diretas, com origem em fontes de emissão que são propriedade da NAV Portugal ou sobre as quais esta exerce um controlo operacional efetivo (consumo de combustíveis fósseis nos grupos geradores e frota automóvel);
- Âmbito 2 - emissões indiretas resultantes da produção de eletricidade adquirida a terceiros e consumida em instalações, equipamentos e espaços sobre os quais a NAV Portugal exerce um controlo operacional efetivo e,
- Âmbito 3 - outras emissões indiretas de GEE, onde estão incluídas as emissões que decorrem da atividade da NAV Portugal, classificadas como sendo representativas, mas cujas fontes de emissão não são detidas ou controladas pela NAV Portugal (nomeadamente emissões associadas ao tratamento de água para consumo e de águas residuais produzidas nas instalações, tratamento dos resíduos produzidos, deslocações dos colaboradores ao serviço da NAV Portugal e no percurso casa-trabalho-casa).

No âmbito deste programa destaca-se que:

- A NAV Portugal foi responsável pela emissão de 5.063,73 t CO₂ eq¹, uma redução anual de 1,9%;

¹ Equivalente

4
tf
9

- Das emissões totais verificadas, cerca de 3.939,84 t CO₂ eq (77,8%) estão associadas ao consumo de energia elétrica (âmbito 2);
- As emissões de âmbito 3 foram responsáveis por cerca de 17,2% das emissões afetas à atividade da NAV Portugal (870 t CO₂ eq) e,
- As emissões de âmbito 1 foram responsáveis por cerca de 5% das emissões totais verificadas, nomeadamente 253,91 t CO₂ eq, representando as emissões da frota própria cerca de 93,1% e o consumo de energia direta pelos grupos geradores de emergência os restantes 6,9%.

A NAV Portugal, E.P.E. assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços da sua atividade, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor. Neste sentido, e tendo em conta o compromisso assumido de melhoria e otimização contínua da rede de rotas sob sua gestão, a Empresa prosseguiu o seu alinhamento com os objetivos definidos pelas entidades internacionais que regulam o setor.

Assim, e no âmbito deste plano de compensação, destaca-se novamente a colaboração ativa da NAV Portugal, E.P.E. no programa *Atlantic Interoperability Initiative to Reduce Emissions* (AIRE), iniciado em 2007 pela Comissão Europeia e a *US Federal Aviation Administration* (FAA, Estados Unidos da América), que tem como principal objetivo a melhoria da eficiência energética dos voos comerciais, reduzindo em simultâneo as emissões poluentes e o ruído. Do programa SESAR-JU, responsável pela gestão da iniciativa AIRE, importa destacar em 2013 dois projetos sobre os quais recai o plano de compensação das emissões excedentes da NAV Portugal, E.P.E.:

- Projeto SMART Oceanic: Programa que contribui para a otimização dos voos oceânicos nas RIV de Lisboa e de Santa Maria, procurando a rota mais económica para as condições meteorológicas vigentes, através da integração de diferentes planos de voo, dados de posição e meteorológicos, entre o sistema ATM e os centros de operações das companhias aéreas e,
- Projeto MAGGO: Programa que conta com a participação da SATA, da TAP e a da Adacel. O objetivo é a medição dos ganhos permitidos por várias funcionalidades que estão a ser disponibilizadas no Centro de Controlo de Santa

Maria (rota e terminal), bem como nas Torres de Controlo dos Aeroportos da Horta, de Ponta Delgada (João Paulo II) e de Santa Maria.

Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, a NAV Portugal, E.P.E. dispõe de três instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis que produziram 19,7MWh de energia elétrica.

Ao nível da qualidade do serviço prestado, merece destaque, em 2013, a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Integrado, nomeadamente da vertente de Gestão da Qualidade, de acordo com o normativo NP EN ISO 9001:2008.

Em 2013 foi, igualmente, relevante a renovação pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), da Certificação para o novo triénio 2013-2016, do Centro de Formação da NAV Portugal, como organização de formação de controladores de tráfego aéreo certificada, conforme os requisitos legais aplicáveis.

De referir ainda, a manutenção da Certificação pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) do respetivo Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea. Assim, a NAV Portugal manteve a sua condição de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, para os Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) englobando o Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviço de Informação de Voo (FIS), e Serviço de Alerta (AL), Serviços de Informação Aeronáutica (AIS) e Serviços de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS).

Em relação à responsabilidade social foram assinados alguns protocolos, tais como:

- Protocolo de doação assinado em 9 de janeiro com a Cáritas Portuguesa, com vista à distribuição do valor das ofertas de Natal usualmente destinadas aos trabalhadores da Empresa, que deste modo passam a ser destinadas ao apoio às populações carenciadas das regiões de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Açores;
- Renovação, em 14 de janeiro, do protocolo de doação à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome (FPBA) do valor dos presentes institucionais da Empresa, convertido em alimentos a ser distribuídos às populações carenciadas das regiões de Lisboa, Porto, Faro, Madeira e Açores e,

- Aquisição, em fevereiro de 2013, de duas cadeiras de rodas adaptadas, destinadas à associação RENASCER (instituição de solidariedade social do norte do país) e de uma cama articulada destinada à Associação RUMO FELIZ (instituição de solidariedade social do norte do país).

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ou situação familiar.

IX-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O Relatório e Contas de 2012 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo Conselho de Administração, foi enviado aos Senhores(a)s Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Secretária de Estado do Tesouro, Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, em 26 de abril de 2013 através das cartas 111/CA/2013, 112/CA/2013, 113/CA/2013, 114/CA/2013 e 115/CA/2013, respetivamente, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são conhecidas as recomendações do acionista.

Lisboa, 17 de abril de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Filipe Ottolini Coimbra
Presidente



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo
Vogal



Teresa Maria da Silva Gomes
Vogal

